

DIARIO OFFICIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 26 — 29.º DA REPUBLICA — N. 2

SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1917

Actos do Poder Legislativo

(*) LEI N. 1538 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1916

Autoriza o Governo a garantir os juros de seis por cento até ao capital de 20.000:000\$000, durante vinte annos, á Companhia de Navegação que se organizar para fazer o serviço de transporte entre o porto de Santos e portos nacionaes e estrangeiros.

O doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de S. Paulo, faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica o Governo autorizado a garantir, durante vinte annos os juros de seis por cento ao capital até 20.000:000\$000, á Companhia de Navegação que se organizar para fazer o serviço de transporte entre o porto de Santos e portos nacionaes e estrangeiros.

§ 1.º — A garantia de juros a que se refere este artigo, será extensiva ás acções e obrigações (debentures) que até a quantia de 20.000:000\$000 forem emitidas pela Companhia, e cessará no caso de liquidação, de fallencia da sociedade, ou de caducidade do contracto celebrado com o Governo.

§ 2.º — A Companhia terá sua sede no Estado de S. Paulo e fará no porto de Santos o registro e matricula de seus vapores.

§ 3.º — Os vapores para o serviço da Companhia serão novos, de typos modernos e com a tonelagem que for fixada no respectivo contracto.

§ 4.º — Os estatutos da Companhia serão submettidos á approvação do Governo.

Artigo 2.º — Os juros que o Governo pagar serão considerados como adiantamentos feitos á Companhia e serão restituídos quando os lucros excederem de 8 % caso em que o excesso será repartido igualmente entre o Governo e a Companhia.

§ 1.º — Si em dois annos consecutivos se verificar uma renda liquida superior a 10 % do capital realizado e applizado, serão as tarifas reduzidas.

§ 2.º — Independente dessa redução serão as tarifas revistas de tres em tres annos, podendo por essa occasião o Governo exigir que sejam reduzidos os preços de transportes para determinados generos de produção do Estado.

Artigo 3.º — Fará parte da Directoria da Companhia, um director nomeado pelo Governo, com as attribuições que forem estabelecidas no contracto.

Artigo 4.º — No contracto que for celebrado para a execução da presente lei, o Governo estabelecerá as clausulas e condições que julgar convenientes ao regular funcionamento da Companhia, marcará os pontos de escala e o numero de viagens e salvaguardará os direitos do Estado.

§ unico. — Constarão do contracto as penas que o Governo poderá applicar no caso de infracção das respectivas clausulas. Essas penas serão de multa, até dois contos de réis, suspensão da garantia de juros e caducidade do contracto.

Artigo 5.º — A Companhia, durante o prazo do contracto, gozará de isenção dos impostos estaduais que forem especificados no mesmo contracto.

Artigo 6.º — Fica o Governo autorizado a abrir os creditos necessarios para a execução da presente lei.

Artigo 7.º — Revogam-se as disposições em contrario.

(*) Publicada pela 2.ª vez, por ter sahido com incorrecções.

Os Secretarios de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e da Fazenda assim a façam executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 30 de Dezembro de mil novecentos e dezeseis.

ALTINO ARANTES

Candido Nazianzo Nogueira da Motta
J. Cardoso de Almeida.

Publicada na Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 30 de Dezembro de 1916. — Eugenio Lefèvre, director-geral.

Actos do Poder Executivo

DECRETO N. 2761 — DE 3 DE JANEIRO DE 1917

Abre á Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o credito de 100:000\$000, suplementar a verbas do § 6.º, artigo 6.º do Orçamento de 1916.

O Presidente do Estado de São Paulo,

Usando da autorização constante do art. 1.º da Lei n. 1536, de 30 de Dezembro de 1916,

Decreta:

Artigo unico. — Fica aberto ao Thesouro do Estado, á Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, um credito de cem contos de réis (100:000\$000). — suplementar a verbas do § 6.º art. 6.º do Orçamento de 1917, sendo: 30:000\$000 á 2.ª parte da rubrica «Instituto Agronomico», 30:000\$000 á rubrica «Auxilios ás estações de monta», — 30:000\$000 á 2.ª parte da rubrica «Haras Paulista», 10:000\$000 á 2.ª parte da rubrica «Fazenda Modelo de Criação em Nova Odessa», para pagamento das despesas desses estabelecimentos, relativas ao exercicio de 1916.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 3 de Janeiro de 1917.

ALTINO ARANTES

Candido Nazianzo Nogueira da Motta

JUSTIÇA

Por decretos de 23 de Dezembro ultimo:

foi declarado vago o lugar de juiz de direito da comarca de Ubatuba, nos termos do art. 7.º da lei n. 1425, de 30 de Outubro de 1914, visto ter sido approvada pelo Senado, a decisão do Tribunal de Justiça, pelo qual foi o juiz daquella comarca, bacharel Bento Enéas de Sousa Castro, julgado incapaz de exercer o cargo, por soffrer de paralyia geral com alienação mental;

foi concedida a licença de tres mezes, em prorrogação, para tratar de negocios de seu interesse, ao juiz de direito da comarca de São Bento do Sapucahy, bacharel Damaso Corrêa Coelho;

foi concedida a licença de um anno, em prorrogação, para tratar de negocios de seu interesse, ao escrivão de escriptos da comarca da Capital, cidadão Laudelino de Oliveira Barbosa;

foi aceita a desistencia que o cidadão Agenor de Lara Campos apresentou do cargo de escrivão de paz do districto de Aparecida da Agua da Rosa, da comarca de São Manoel.